

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS

Matheus Cerqueira do Nascimento

REDESCOBRINDO A PROSTITUTUIÇÃO:
intersecções entre a simbologia social da prostituta e do sexo

BRASÍLIA
2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS

Matheus Cerqueira do Nascimento

REDESCOBRINDO A PROSTITUIÇÃO:

intersecções entre a simbologia social da prostituta e do sexo

Trabalho de Conclusão do Curso
apresentado ao Instituto de Letras,
como parte dos requisitos para a
obtenção do título de licenciatura em
Letras.

Orientadora: Prof. Dra. Patrícia
Trindade Nakagome

BRASÍLIA

2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, que tornou o impossível em possível na minha vida, me permitindo ultrapassar todas as barreiras que se colocaram em minha frente. Dedico este trabalho ao meu saudoso pai José Eurípedes do Nascimento, o qual, com toda certeza, sentiria um grande orgulho de mim por esta conquista. Mas em especial, agradeço a minha mãe Maria dos Afritos Cerqueira, a grande responsável por tudo que eu sou, tanto no âmbito humano como no acadêmico. Uma graduação pode não ser sinônimo de algo grande para muitas pessoas, mas só Deus sabe quantas privadas minha mãe teve que lavar e quantos desaforos teve que aguentar para custear minhas passagens para eu estudar em uma escola pública no DF. Ela não concluiu nem o ensino fundamental, não tem a mínima ideia do que aprendo em uma universidade, mas sem o suor dela nada disso seria possível. Onde eu moro – em Águas Lindas de Goiás – as pessoas não costumam se formar no ensino superior, muito menos conseguem acessar uma universidade pública. Para nós, uma escola pública do DF é luxo, a qual poucos amigos meus tiveram acesso. Desse modo, obrigado CEMTN e obrigado rainha UnB, por transformar a vida de tantas pessoas.

Agradeço ao grande amor da minha vida – Amanda Freire Soares, que suportou minhas crises de ansiedade e estresse, me apoiando, incentivando e sendo minha válvula de escape. Sem você do meu lado, este trabalho não seria possível. À minha irmã, Anne Karoline, que compreendeu a minha ausência em certos momentos da graduação. Aos amigos, em especial minhas companheiras de graduação – Geovanna Helen, Júlia Lacerda e Gabriela Cristina -, as quais compartilharam comigo momentos inesquecíveis que, assim espero, permanecerão por toda a vida.

Por fim, agradeço aos professores, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência com a qual guiaram o meu aprendizado. Nesse sentido, destaco minha orientadora, Patrícia Nakagome, por ter desempenhado essa função com tanta humanidade e capacidade, por conseguir deixar sua marca em cada um dos seus alunos e por compreender o meu momento de saúde atual.

RESUMO

Constituindo-se como figura transversal a todas as épocas e sociedades, a prostituta é representada por imagens dualísticas, que vão desde personagens morais - levadas à prática por necessidades – a profanadas, criminosas e perigosas. Dessa forma, a prostituta é alvo de mais uma das hipocrisias sociais - a qual ama a prostituição, mas odeia à prostituta -, de modo que essas mulheres foram silenciadas e colocadas como o outro do discurso, sendo retratadas como objetos exóticos e imorais. Em relação a isso, as posições feministas abolicionistas ajudaram a reforçar uma história oficial que prega uma narrativa de vitimização e de incapacidade de consentimento dessas profissionais. Sendo assim, partindo da premissa de que tais representações estão intimamente ligadas com os valores de determinada época/sociedade, este trabalho pretende analisar o relato autobiográfico *O prazer é todo nosso*, de Lola Benvenuti, extinguindo alguns mitos em relação a esse ofício. Acreditando que a condenação da prostituição, por vezes, ampara-se muito mais em estereótipos sexuais do que nas verdadeiras problemáticas desse ofício, busca-se desvelar que a sexualidade se tornou um referencial de códigos sociais e morais, construídos historicamente por diversas instâncias, o qual afeta não apenas a prostituta, mas os homens e as mulheres em geral, uma vez que impõem restrições ao prazer sexual feminino, constroem papéis sexuais – homem ativo, forte e viril, insaciável sexualmente; mulheres passivas, responsáveis pelo prazer masculino - e controlam corpos e prazeres. Por fim, esse texto visa discorrer sobre a inserção dessas profissionais nos campos intelectuais e políticos e apresentar a luta pelo reconhecimento da prostituição voluntária como trabalho.

Palavras-chave: Prostituição. Autobiografia. Códigos sociais. Controle da sexualidade.

ABSTRACT

Constituting herself as a figure transversal to all times and societies, the prostitute is represented by dualistic images, ranging from moral figures - performed by necessity - to desecrated, criminal and dangerous. In this way, the prostitute is the target of yet another social hypocrisy - who loves prostitution, but hates the prostitute -, so that these women were silenced and placed as the other in the discourse, being portrayed as exotic and immoral objects. In this regard, abolitionist feminist positions helped to reinforce an official story that preaches a narrative of victimization and inability to consent by these professionals. Therefore, starting from the premise that such representations are intimately linked with the values of a certain time or society, this work intends to analyze the autobiographical account *O pleasure is all ours*, by Lola Benvenuti, extinguishing some myths in relation to this craft. Believing that the condemnation of prostitution is sometimes based much more on sexual stereotypes than on the real problems of this profession, this monograph seeks to reveal that sexuality has become a compendium of social and moral codes, which was historically constructed by different social positions, the which affects not only the prostitute, but men and women in general, as they impose restrictions on female sexual pleasure, construct sexual roles – active, strong, virile and sexually insatiable men; passive women responsible for male pleasure - and control bodies and pleasures. Finally, this text aims to discuss the insertion of these professionals in the intellectual and political fields and present the struggle for the recognition of voluntary prostitution as work.

Keywords: Prostitution. Autobiography. Social codes. Control of sexuality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 FEMINISMO E PROSTITUIÇÃO: ENTRE ENCONTROS E DESENCONTROS	8
3 SEXO E PROSTITUIÇÃO: CONTROLE E REPRESSÃO	15
4 LOLA BENVENUTTI: (DES)CONSTRUÇÃO	28
5 CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as prostitutas foram retratadas por diversos estereótipos, sendo vistas, de um lado, como criminosas e profanadas, e, do outro, como vítimas das desigualdades sociais. Dessa forma, o tema da prostituição sempre se mostrou um campo delicado e divergente, seja pelo tabu sexual presente nesse âmbito, seja pela falta de espaço concedido a essas mulheres. Diante dessa opressão, começaram a se organizar vários grupos feministas que passaram a lutar por sua emancipação, combatendo, assim, diversas ideologias machistas e preconceituosas que pesavam sobre a figura feminina. Dentre várias perspectivas, iniciou-se na Europa a *Federação Abolicionista Internacional*, movimento liderado por Josephine Elizabeth Butler contra o regulamentarismo, o qual visava combater a violência policial e médica contra as prostitutas. Segundo Adriana Piscitelli,

a ideologia abolicionista, intimamente ligada aos primeiros movimentos feministas europeus, tinha como proposta abolir a regulamentação da prostituição presente em diversos países a partir da segunda metade do século XIX. (PISCITELLI, 2012, p. 20)

Desse modo, essa corrente alegava ser protetora e defensora dessas moças, mas contrárias à prostituição, visto que, para essas teóricas, ela as submetia a uma situação de violência e abuso. Sendo assim, elas foram retiradas do papel vilanesco de meliantes e deslocadas para o papel de vítimas de uma ideologia patriarcal subjugadora. Assim, por muito tempo, considerou-se essa linha revolucionária para as meretrizes, já que, diferentemente da visão que perdurou por séculos – as quais as tratavam como transgressoras -, essa nova perspectiva as via como mocinhas de um drama áspero e perigoso. Todavia, pouco a pouco, percebe-se que essa suposta reparação histórica da narrativa dos vencidos não passa de um discurso hegemônico que, longe de escutar essas profissionais, cria uma nova história oficial, reafirmando todo o processo de estigma e exclusão. Por isso, o tema tem sido o centro de grandes debates e divergências, uma vez que os posicionamentos abolicionistas permanecem fortemente defendidos.

Relativamente a esses embates, nas últimas décadas no Brasil, as prostitutas vêm se organizando politicamente em grupos sociais, reivindicando o

direito de exercerem sua profissão da forma mais digna e segura possível. Somado a isso, cansadas de serem descritas sempre a partir do olhar deturpado do outro, várias profissionais do sexo vêm arriscando-se a escreverem suas próprias narrativas e perspectivas. Esses escritos são caracterizados pelo desejo de relatar suas histórias, vivências e reivindicações. Nessa direção, insere-se o livro autobiográfico *O prazer é todo nosso*, de Gabriela Natalia Silva, mais conhecida como Lola Benvenuti, no qual a jovem formada em Letras relata acontecimentos marcantes de sua vida como garota de programa. Se por um lado, ao narrar histórias picantes e obscenas de experiências com clientes, o livro repete o que se espera desse gênero, por outro, ele não se resume a isso, mas procura quebrar estereótipos, tabus e preconceitos, tanto da profissão, como da sexualidade em geral, lutando pela liberdade sexual. Aliás, o grande interesse pelas histórias secretas e sexuais das prostitutas diz muito mais sobre a hipocrisia da “moral” social, do que propriamente sobre a prostituta. Com tudo isso, a partir dessa autobiografia, pretende-se refletir e analisar questões ligadas ao sexo, ao prazer feminino, ao corpo e aos papéis sexuais.

2 FEMINISMO E PROSTITUIÇÃO: ENTRE ENCONTROS E DESENCONTROS

Os debates acadêmicos a respeito da prostituição foram caracterizados por conflitos tensos e acalorados, apresentando teses distintas e, por vezes, inconciliáveis. A perspectiva abolicionista entendia a venda do sexo como a maior forma de violência contra a mulher, sendo um dos principais instrumentos de objetificação feminina. Dessa forma, a prostituição seria responsável pela legitimação da opressão contra a mulher, de modo que esta seria apenas um instrumento de satisfação para o homem. Ganhando força ao longo do século XX, várias feministas apoiam o sistema abolicionista, ou pelo menos seus principais ideais. Para Kathleen Barry (1995), por exemplo, a prostituição seria uma das mais severas formas de objetificação, separando as mulheres de seus corpos e, portanto, de si mesmas. Outro aspecto bastante controverso está relacionado às compreensões divergentes sobre a ideia liberal de livre consentimento e agência. No tocante a isso, durante a década de 1980, Carole Pateman (1983) criticou a ideia de livre consentimento, opondo-se àqueles que consideram a prostituição como uma legítima escolha, pois, segundo ela, as bases que sustentam a prostituição estão permeadas por desigualdades sociais e de gênero, sendo a prostituição mais uma das formas de violência contra a mulher. O movimento das trabalhadoras do sexo, por outro lado, apesar de enxergar e concordar que nem todos estão na mesma posição de consentimento – devido a fatores sociais, políticos e de gênero -, procura relativizar visões como a de Pateman, distinguindo o trabalho sexual voluntário de mulheres de dezoito anos daquele ligado ao tráfico sexual – esse sim caracterizado pela força e exploração. Baseado nessa discussão, entendimentos como esses alegam que são contra a prostituição, mas a favor da prostituta. O problema é que essa posição é incoerente, uma vez que defende políticas públicas que só isolam e oprimem ainda mais a prostituta. No lado apostado, as prostitutas defendem sua agência, autonomia e capacidade intelectual de escolha e consentimento, lutando por direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho.

Essa disputa não é recente, mas vem sendo travada a décadas no mundo todo. Bárbara Sullivan (1997) resume as discussões suscitadas pela primeira e segunda onda do feminismo. Ambas têm em comum a visão de que haveria uma

ligação entre práticas sexuais e econômicas, de modo que, por meio desse foco na economia sexual, haveria continuidades significativas entre a posição das prostitutas e a posição de todas as mulheres. Nesse sentido, a prostituição guardaria semelhanças com diversos outros trabalhos femininos, centrando-se no argumento de que em todas as áreas da sociedade as mulheres eram forçadas a papéis sexualizados a serviço (sexual/doméstico) dos homens para se sustentarem. Assim, autoras como Jocelyne Scutt (1979 *apud* Sullivan, 1997) chegaram a argumentar que o casamento seria uma forma de prostituição na qual as mulheres tem pouco ou nenhuma remuneração e estão mais vulneráveis a violências de seus maridos do que as profissionais do sexo. Apesar de ainda ser uma visão limitadora, essa perspectiva simbolizou um salto, tanto ao romper com a visão da prostituta como uma figura má e suja, como na recusa de que a troca sexual-econômica seja tão radicalmente diferente de outros tipos considerados 'normais'.

Christine Overall (1992) pontua que muitos dos argumentos utilizados para condenação da prostituição não possuem bases sólidas. Na condenação do ato pela exposição das mulheres a doença, abuso físico e psicológico e dor emocional, a autora argumenta que esses elementos não podem ser vistos como características inerentes ao trabalho sexual, uma vez que as mulheres estão sujeitas a isso em outros locais de trabalho, como escritórios e fábricas, bem como em suas próprias casas. Ademais, muitos desses fenômenos estão ligados exatamente aos ares de ilegalidade dessa prática, que isola a meretriz e a empurra para os becos. Já em relação a alegação de que as prostitutas entraram no ramo por algum tipo de coerção social,

ela concluiu que todos os trabalhadores enfrentam a ausência de escolha em relação ao seu trabalho e que a presença de coerção e a ausência de consentimento eram características das atividades de muitas mulheres sob o capitalismo e a dominação masculina. (OVERALL *apud* Sullivan, 1997, p.186)

Todavia, apesar de desmitificar tais argumentos, Overall rejeita o argumento do continuum, apontando que uma das coisas que distinguiria a prostituição de outros tipos de trabalho é o fato de ele não ser reversível, ou seja, nada nos serviços e cuidados domésticos feitos pelas mulheres impediria que,

em um mundo ideal (pós-capitalista e pós-patriarcal), fossem feitos por homens para mulheres, por homens para homens ou por mulheres para mulheres, enquanto o trabalho sexual - argumenta a autora - não é reversível, em virtude de envolver a mercantilização do sexo (que não poderia existir em um mundo pós-capitalista) e “porque a prostituição é essencialmente baseada em condições de desigualdade sexual e econômica (que desapareceria em uma sociedade pós-patriarcal)” (OVERALL apud Sullivan, p. 191). Sullivan discorda dessa tese, observando que não há um motivo inerente ao trabalho sexual para considerá-lo não reversível, ao menos que se baseie em noções fixas sobre a natureza essencial da sexualidade masculina e feminina. Ela ainda acrescenta que não há base para afirmação de que, em uma realidade pós-capitalista e pós-patriarcal, o trabalho sexual não seria valorizado, tendo em vista que, nessa realidade alternativa, em um mundo onde sexo e poder estariam conectados (ou não conectados) de maneiras bem diferentes das nossas, o conhecimento que as profissionais do sexo têm poderia ser útil para homens e mulheres na simples busca de recreação e prazer sexual. Segundo ela, a visão do sexo como instrumento de prazer tem sido desconsiderada pela cristalização da visão do sexo como algo inerentemente sagrado ou significativo, em especial nas relações monogâmicas. Entretanto, ela pondera que “o sexo também pode ser uma parte válida de relacionamentos não monogâmicos e não românticos focados no prazer, brincadeira, companheirismo e ganhar a vida” (SULLIVAN, 1997, p. 191)

Pateman (1988) foi outra teórica a rejeitar a ideia de um continuum entre a prostituição e outros aspectos da vida sexual e econômica das mulheres, sustentando que a prostituição não era como um outro trabalho qualquer, porque o contrato de prostituição não era como outros contratos de trabalho. Assim, segundo ela, essa distinção está posta tanto pelos perigos particulares envolvidos nesse âmbito, quanto pela própria natureza do trabalho. “Em sua opinião, a natureza 'incorporada' da prostituição significa que não é como outro trabalho remunerado” (SULLIVAN, 1997, p. 189). Dessa forma, ele afirma que, culturalmente, a venda de acesso sexual é considerada como a venda do eu. Para ela,

o fato de os homens poderem comprar acesso sexual às mulheres por meio da indústria do sexo está intimamente ligado ao estabelecimento de seu poder público e privado sobre as mulheres. Para ela, masculinidade e feminilidade são identidades sexuais que se confirmam na atividade sexual e, em particular, na relação heterossexual. (SULLIVAN, 1997, p. 189)

Pateman não argumenta que a prostituição é uma escravidão sexual, apenas que, em nossa cultura e época, ela aparece assim (e, conseqüentemente, geralmente é vivenciada como tal), pois

quando os corpos das mulheres estão à venda como mercadorias no mercado capitalista, os termos do contrato original não podem ser esquecidos; a lei do direito sexual masculino é afirmada publicamente, e os homens recebem um reconhecimento público enquanto senhores sexuais das mulheres - e é isso que está errado com a prostituição. (PATEMAN, 1993, p. 305)

Em oposição a isso, Sullivan pontua que “o problema que ela identifica é claramente sobre a identidade heterossexual (para homens) e seus significados culturais e políticos, e não sobre a prostituição em si” (SULLIVAN, 1997, p. 190), de modo que o poder da identidade heterossexual dos homens é produzido em diversas outras instituições. Logo, apesar do acerto de Pateman em trazer à tona o peso que os significados da prostituição causam sobre essas mulheres, ela acaba reforçando tais significados culturais ao considerá-los como fixos, isto é, condenar o trabalho sexual com base em uma conceituação cultural fixa reproduz e reforça tais suposições culturais, até porque esse tal “peso” que as prostitutas carregam é intensificado por estereótipos sexuais, não havendo algo essencialmente depreciador do gênero feminino.

Desse modo, as feministas viviam em um constante conflito, em como conciliar “o apoio efetivo às prostitutas no curto prazo sem comprometer uma oposição feminista à prostituição no longo prazo” (SULLIVAN, 1997, p. 187). Alguns argumentava que uma das saídas para esse conflito seria considerar a prostituição como “trabalho sexual”, de modo que o apoio estaria direcionado a problemáticas imediatas, como salários e melhores condições de trabalho - sendo a medida mais imediata a descriminalização da prostituição -, sem deixar de lado a luta pela abolição da “indústria do sexo”. Isso foi um importante passo para a formação de uma aliança entre feministas e prostitutas. Todavia, por vezes, as opiniões a respeito disso eram divergentes entre as próprias feministas, ora condenando a prostituição, ora lutando pela discriminação. No

tocante a isso, esse debate incessante permanece nos dias atuais, não havendo uma visão única sobre o fenômeno.

Sendo assim, desde a década de 80, tanto no Brasil como no exterior, alguns grupos de prostitutas formaram movimentos para apresentar suas reivindicações e posições. No Brasil, Gabriela Leite foi uma das precursoras dos movimentos das prostitutas, buscando espaço nas arenas políticas e sociais. A postura das feministas brasileiras com essas ativistas era múltipla, às vezes de modo excludente, recusando-se a escutar as prostitutas, enquanto outras reconheciam o direito de escolha, mas viam a prostituição como forma de exploração da mulher. Na atualidade, autoras do movimento das prostitutas estão cada vez mais engajadas na produção acadêmica sobre o tema. Monique Prada, autora do livro *Putafeminista*, representa uma das principais vozes desse confronto. Rejeitando as concepções abolicionistas que, negando-se a dialogar com essas moças e as vitimizadas, rechaçam a autonomia e a capacidade intelectual de escolha, a autora luta contra os discursos que vinculam a prostituição à exploração sexual, ao tráfico de pessoas, ao cárcere privado e a diversos outros contextos de violência, pois, apesar de existirem, não correspondem a prostituição em si, mas a crimes que devem ser punidos e atacados. Dessa maneira, a escritora defende que essas mulheres não são crianças ingênuas, mas possuem o nível de consciência necessário para consentirem, ou não, com essa prática:

muita gente não acredita que seja possível ser puta e, ao mesmo tempo, saber escrever (a falsa oposição bumbum gostoso versus cabeça pensante; você precisa parecer 'séria' para ser lida). (PRADA, 2018, p. 28)

Em relação a isso, como representante do movimento das trabalhadoras do sexo, Prada destaca alguns dos embates contra feministas em alguns dos encontros. Em uma das ocasiões, em 2016, a vinculação da prostituição à venda do corpo, isto é, a ideia de que a mulher estaria entregando a posse do seu corpo para o seu cliente foi um dos principais pontos de debate da autora com uma feminista famosa, a qual ela não revelou o nome. Tal estudiosa, na tentativa de defender essa visão, chegou a comparar a prostituição à venda de rins, alegando que a mulher perderia qualquer direito sobre seu corpo, fazendo com que o cliente impusesse suas próprias vontades sobre o tal. Porém, contrariando esse

mito, a autora defende que a prostituta não vende o seu corpo, mas, sim, sua prestação de serviços. Sobre isso, ela argumenta de forma brilhante:

Não concordo e nem tenho como concordar com essa definição: até a última vez que olhei, minha buceta estava aqui, e era eu quem mandava nela. Durante o debate, olhei novamente: puxei minha calcinha para o lado para que todas as pessoas presentes pudessem conferir: estava ali, comigo, a minha buceta. Eu vou para os encontros levando comigo todos os meus órgãos, e volto dos encontros trazendo todos de volta comigo, de modo que essa comparação me soa no mínimo bastante desonesta. (PRADA, 2018, p. 45)

Por conseguinte, usando um conceito que ela chama de “Putafeminismo”, Prada pleiteia um espaço para as prostitutas na luta feminista, pois, assim como qualquer outro movimento, elas lutam pelos direitos das mulheres. Além disso, combate as histórias universalistas que criam uma falsa realidade para esses sujeitos:

Essas não são as putas que a sociedade quer ouvir. Ou ler, no caso. São putas que não combinam com o que o imaginário popular criou: mulheres miseráveis que fazem qualquer coisa por um prato de comida e que não tiveram nenhuma outra oportunidade na vida a não ser realizar os desejos sexuais bizarros de homens maus e pervertidos. (PRADA, 2018, p. 35)

Logo, apesar de, em geral, a iniciação a essa prática ser motivada por dificuldades financeiras – e isso não pode ser desconsiderado -, a prostituição nem sempre é a última escolha, pois muitas mulheres são atraídas pela liberdade de horário e pela “praticidade de um trabalho que não exige formação e remunera relativamente bem” (PRADA, 2018, p. 42), se comparado a outros ofícios que elas poderiam exercer. Além disso, “basta ter acesso à internet ou coragem para entrar em um dos muitos locais destinados ao exercício da atividade”.

Ademais, a pensadora argumenta que a falta de regulamentação e a criminalização do entorno desse ofício só corroboram para a criação de um ambiente precário, sombrio e violento, ao qual elas se expõem em muitos casos. Essas leis que pretendem extinguir a prostituição, longe de melhorar a situação dessas pessoas, aumenta o processo de exclusão e exposição a situações de risco. Além do mais, Prada deixa bem claro que as “putas” não se comportam e pensam da mesma forma, pois cada uma dessas pessoas possui histórias e

vivências próprias. Porém, essas divergências não se constituem como um problema, pois as discordâncias ajudam a incluir as diversas individualidades, já que suas singularidades dialogam e fortificam os diversos discursos:

Portanto, tenho consciência de que nem toda puta é como eu, e não disfarço que falo, aqui, a partir da minha vivência pessoal. Mas, por outro lado, também falo como alguém que está atenta às realidades diversas, que tem tido a oportunidade de conhecer muitas dessas realidades bem de perto. E sei que muitas das questões que se colocam são comuns a todas nós, não importando o modo, o local e o tipo de atuação de cada uma, ou mesmo seu papel na tensa cumplicidade das engrenagens da prostituição. (PRADA, 2018, p. 39-40)

Ademais, por vezes, a prostituição é colocada como sinônimo de violência contra a mulher e, para piorar, como um tipo de estupro. Essa interpretação é totalmente equivocada e incorreta, pois o estupro só ocorre em relações sexuais não consentidas, o que não é o caso da prostituição. Analisando essas conjunturas, Prada alerta para os riscos que essa conceituação traz para as prostitutas:

O trabalho sexual como algo abusivo em si mesmo é um modo potencialmente perigoso de pensar as coisas. Porque essa será, exatamente, a ideia que nos impedirá, ali adiante, de denunciar violências contra nós. Onde tudo é violência, então nada é violento, eis a questão sobre o mito de que o trabalho sexual seria um “estupro pago”. (PRADA, 2018, p. 48)

Ou seja, essa perspectiva faz com que as mulheres fiquem desprotegidas e não possam nem ao menos denunciar quando realmente sofrerem violência e abuso, pois considerar a prostituição como estupro, faz com que este passe a ser o ofício da prostituição, ou seja, onde tudo é estupro, nada é estupro. Logo, como as mulheres poderiam reclamar?

Por fim, é importante salientar que Monique Prada não romantiza o mundo da prostituição, pois salienta bem as desigualdades, estigmas e problemáticas envolvendo o cotidiano dessas mulheres, já que ninguém exerce a prostituição por pura vocação ou simplesmente por gostar de sexo, pois, se assim fosse, não precisariam cobrar pelo sexo. Todavia, ela destrói alguns mitos da história única, colocando essa atividade como uma possibilidade real, dentre certas alternativas, de ganha pão de milhares de mulheres.

3 SEXO E PROSTITUIÇÃO: CONTROLE E REPRESSÃO

Geralmente, o conceito de sexo é utilizado na distinção entre o sexo feminino e o sexo masculino, baseando-se na fisiologia dos órgãos sexuais. O termo também é empregado para fazer referência ao ato sexual. A sexualidade, por sua vez, define-se como uma concepção muito mais abrangente, não se limitando aos aspectos da genitalidade, mas incluindo elementos como “sentimentos, emoções, prazeres, erotismo libidinal envolto nas relações interpessoais, que incluem ou não o relacionamento sexual entre indivíduos” (MAIA, p.68-69). Nessa linha, Marilena Chauí escreve que

a sexualidade não se confunde com um instinto, nem com um objeto (parceiro), nem com um objetivo (união dos órgãos genitais no coito). Ela é polimorfa, polivalente, ultrapassa a necessidade fisiológica e tem a ver com a simbolização do desejo. Não se reduz aos órgãos genitais (ainda que estes possam ser privilegiados na sexualidade adulta) porque qualquer região do corpo é susceptível de prazer sexual, desde que tenha sido investida de erotismo na vida de alguém, e porque a satisfação sexual pode ser alcançada sem a união genital. (CHAUÍ, 1984, p. 7)

Desse modo, trabalhar as práticas sexuais resumindo-as a aspectos biológicos, instintivos, reprodutivos e naturais seria desconsiderar todos os signos culturais introduzidos nessas práticas ao longo dos séculos. Logo, por meio da humanidade, algo teoricamente biológico e natural passa por transformações de significado e função “ao ser deslocado do plano da Natureza para o da Sociedade, da Cultura e da História” (CHAUÍ, 1984, p. 3). Dessa forma, cada época, em maior ou menor grau, investiu o ato sexual com aspectos culturais, religiosos, políticos, sociais e psicológicos. Sem desconsiderar as diferenças entre o mundo Ocidental e Oriental, bem como o fato de alguns desses processos serem muito antigos, mas centralizando as atenções para o século XVI em diante, verifica-se o predomínio de atitudes repressivas em relação à sexualidade. Seja por motivos diferentes ou por atores distintos - teólogos, confessores, moralistas, juristas etc. -, o sexo foi submetido a “um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidos histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade” (CHAUÍ, 1984, p. 3). Segundo a autora, a repressão não ocorre somente por uma imposição exterior sobre o indivíduo, “mas também um fenômeno sutil de interiorização das proibições e interdições externas” (CHAUÍ, 1984, p. 13),

advindas de padrões comportamentais e sexuais produzidas por instituições como família, escola, igreja e medicina. De diferentes maneiras, tais padrões sexuais foram caracterizados ora pela negação ao prazer – em especial o da mulher – ora pela instituição de papéis sexuais. Assim, enquanto os homens são pressionados a provarem sua masculinidade e virilidade, causando uma iniciação sexual mais precoce, as mulheres são pressionadas por uma espécie de “virgindade moral”, que ainda guarda resquícios nos dias atuais. Desse modo, todo esse histórico de sufocamento da sexualidade ajuda a explicar o motivo de uma profissão que utiliza o ato sexual como instrumento de trabalho ser tão estigmatizada e rebaixada. Apesar de ser aceita como um ‘mal necessário’, a prostituta sofre castigos e sanções pela transgressão da “moral”, aos quais as mulheres foram submetidas.

Seja como for, as justificativas para as repressões variaram de época para época, alternando entre os âmbitos religiosos, morais, jurídicos e científicos, os quais, em geral, conviveram em harmonia, embora em cada contexto um deles tenha sido preponderante. Na perspectiva religiosa, as normas concentraram-se em distinguir as fronteiras entre o sexo pecaminoso e não pecaminoso. Construída ao longo da Idade Média, a interpretação do episódio da queda do homem no Jardim do Éden influencia diretamente a visão sobre o sexo. A desobediência à ordenança divina de não comer o fruto da árvore do bem e do mal retira o homem da inocência original, tendo como consequência imediata o sentimento de vergonha diante da nudez e a perda do paraíso, isto é, a separação entre o ser humano e Deus. É a perda da imortalidade, o conhecimento da morte e o sentimento de dor - o homem agora deveria lavrar a terra para conseguir o alimento, e a mulher daria luz por meio das dores de parto. Essa simbologia é o material usado na constituição da concepção do ato sexual, pois a “queda [...] é o sentimento de um rebaixamento real e do qual a descoberta do sexo como vergonha e dor futura é o momento privilegiado. Com ele, os humanos descobrem o que é possuir corpo.” (CHAUÍ, 1984, p. 53). Logo, o sexo torna-se o instrumento da perpetuação da finitude humana, pois por meio dele nascem seres destinados à morte. Essa associação entre sexo e procriação limita a relação sexual à função reprodutiva, de maneira que, se o sexo, em qualquer esfera, está vinculado ao pecado, muito mais sujo será se envolver em

atos que não tenham como único e exclusivo motivo a prole. Diante de tamanho pecado, os teólogos encontraram no sacramento do casamento a única forma de purgar a relação sexual, pois, em virtude da impossibilidade da virgindade dos fiéis, o matrimônio era o único remédio:

Em primeiro lugar, sendo a mulher a culpada do pecado original, é mais sensual e mais sexuada do que o homem, mais fraca e sujeita a sucumbir a tentações, por isso, o casamento é para ela um freio e uma segurança. Em segundo lugar, indo o homem à procura de mulher na fornicção e no adultério, melhor será que não exista mulher disponível para isso, casando-as todas. (CHAUÍ, 1984, p. 57)

No entanto, longe de ser um espaço de liberdade, o casamento foi marcado pelo controle minucioso da igreja sobre as relações íntimas entre os parceiros, utilizando-se de justificativas anatômicas e fisiológicas, de modo que práticas como masturbação, sexo oral, sexo anal, coito interrompido e poluição sem penetração (voyeurismo) eram duramente condenados. Ao invés disso, era incentivada a continência e abstinência sexual após o objetivo de procriar ser alcançado, ainda mais se feito rápido e sem prazer. Tais princípios permaneceram muito fortes durante a Idade Moderna. Segundo Mary del Priore, as regras da igreja controlavam tudo, sendo desaprovado qualquer tipo de estímulo ou preliminares que provocassem algum tipo de prazer, ou para piorar, a ejaculação. Ejacular fora da vagina ou penetrar “fora do vaso natural” eram ações graves, dignas do fogo do inferno. Até mesmo as condutas sexuais eram roteirizadas, de modo que as mulheres não poderiam ficar sobre os homens “contrariando as leis da natureza”, ou “colocar-se de costas, comparando-se às feras e animalizando um ato que deveria ser sagrado” (DEL PRIORI, 2011, p. 36). A nudez era um outro tabu entre os casais, havendo registros de que eles usavam roupas com pequenos furos na região da genitália, em virtude de a nudez ser vinculada aos prostíbulos. As orientações religiosas somavam-se a crenças populares e recomendações de uma medicina arcaica, que elaborava conselhos para que os filhos nascessem saudáveis e bonitos, usando-se “tanto a posição de papai e mamãe, quanto a da mulher ajoelhada e de costas, recomendada para a procriação” (DEL PRIORI, 2011, p. 70). Dessa forma, os séculos intitulados “modernos” mantinham uma imensa carga de repressão, especialmente em relação à figura feminina. Esta era vista como tentação demoníaca ao homem, utilizando sua beleza como forma de ludibriar e enfraquecer a saúde do homem. Sua sexualidade era vista como insaciável,

resultado de sua essência lasciva e imoral. Seu corpo seria simultaneamente propenso a ceder à tentação e a provocá-la, tornando-se integralmente pecaminoso. Essa tese foi a justificativa perfeita para efetuar o controle sobre a sexualidade feminina, de modo que o marido seria o responsável por domar os impulsos desenfreados da companheira, submetendo-a às suas vontades e seus decretos, pelo fato de naturalmente a mulher ser inferior e submissa ao homem. Isso se refletia nas relações íntimas, nas quais elas deveriam ser passivas e ficarem abaixo do homem. Isso era racionalizado, pois a posição “sob o marido garantia fertilidade, filhos normais [...] enquanto a esterilidade e a deformidade dos filhos eram provas de coito contrário à Natureza e a Deus” (CHAUÍ, 1984, p. 62). O remédio para tanta luxúria era a negação do prazer feminino, como forma de mortificação do desejo, de modo que o marido deveria apenas penetrá-la, diminuindo ao máximo o deleite. No entanto, de acordo com Chauí, era unanimidade que, em virtude de sua natureza lasciva e fraca, nos casos em que a mulher se excitasse durante o sexo, era imprescindível que o marido a satisfizesse, sob o risco de ela se masturbar ou traí-lo com um amante. Por fim, seu corpo deveria estar sempre coberto, já que, diferentemente do homem, não representava a glória de Deus, de modo que as mulheres se afastavam do seu próprio corpo e a vagina tinha como único sentido a maternidade. (DEL PRIORI, 2011)

Nesse sentido, a descoberta do clitóris, por exemplo, não alterou a compreensão a respeito da inferioridade física da mulher, pelo contrário, “o clitóris não passava de um pênis miniaturado, capaz, tão somente, de uma curta ejaculação” (DEL PRIORI, 2011, p. 25), recuperando a visão da antiguidade de que a mulher teria os mesmos órgãos genitais masculinos, porém, inferiores e internos. Com isso, a mulher deveria saber o menos possível sobre sexo, já que seu desconhecimento era a prova da sua honradez. Com toda essa negação ao desejo dentro do matrimônio, as relações sexuais eram curtas e distantes, uma vez que

os maridos deviam se mostrar dominadores, voluntariosos no exercício da vontade patriarcal, insensíveis e egoístas. As mulheres, por sua vez, apresentavam-se como fiéis, submissas, recolhidas. Sua tarefa mais importante era a procriação. É provável que os homens tratassem suas mulheres como máquinas de fazer filhos, submetidas às relações sexuais mecânicas e despidas de expressões de afeto. (DEL PRIORI, 2011, p. 38)

O interessante é que se ao longo da Idade Média e Moderna a sexualidade feminina seria vista como exacerbada e insaciável devido a sua fragilidade e sensibilidade, ao longo do século XIX - em uma inversão curiosa – essas mesmas características são as “provas da inocência e bondade naturais da mulher, cuja preservação só pode ser conseguida pela maternidade” (CHAUÍ, 1984, p. 87)), reforçando as imagens da mulher como assexuada, mãe e dona do lar; e do homem como pai, “como se a repressão da sexualidade feminina tivesse sido tão bem sucedida que, no ponto final, encontrássemos a negação do ponto inicial” (CHAUÍ, 1984, p. 15). Dessa forma, tanto no âmbito religioso como no âmbito do contrato civil, o casamento era ordenado por relações de autoridade, nas quais o esposo tinha a responsabilidade de manter financeiramente e proteger sua mulher e seus filhos, enquanto a esposa deveria subordinar-se aos anseios do marido, cuidando dos serviços domésticos e dos filhos. Logo, essa relação era marcada pela desigualdade e dominação, de modo que o Estado apenas dava continuidade à perspectiva religiosa, distribuindo papéis sociais e sexuais. Em relação ao Brasil, onde as influências da Europa demoravam a se consolidar, era mais comum a ocorrências de acontecimentos vistos como escandalosos para os viajantes e estrangeiros. Mesmo assim, a relação patriarcal que moldava o matrimônio não se distinguia tanto do velho continente. Segundo a professora francesa Adèle Toussaint-Samson,

quando o brasileiro volta da rua, reencontra no lar uma esposa submissa, que ele trata como criança mimada, trazendo-lhe vestidos, joias e enfeites de toda espécie; mas essa mulher não é por ele associada nem aos seus negócios, nem às suas preocupações, nem aos seus pensamentos. É uma boneca, que ele enfeita eventualmente e que, na realidade, não passa da primeira escrava da casa, embora o brasileiro do Rio de Janeiro nunca seja brutal e exerça seu despotismo de uma maneira quase branda (TOUSSAINT-SAMSON *apud* DEL PRIORI, 2011, p. 62)

Concernente a isso, o século XIX é marcado pelo culto à mulher frágil, dócil e bela. No entanto, segundo Gilberto Freyre, isso não seria exatamente um avanço para as mulheres, pelo contrário, a exaltação da fragilidade seria uma forma de o homem sentir-se mais forte e dominador, “um culto narcisista de homem patriarcal, de sexo dominante que se serve do oprimido – dos pés, das mãos, das tranças, do pescoço, das ancas, das coxas” (Freyre *apud* DEL PRIORI, 2011, p.61). Sendo assim, o lar era o espaço de poder para o homem

sobre a família, especialmente para aqueles que não detinha desse atributo no trabalho e na política.

Ademais, se, no século XIX, a visão moralista e religiosa começava a perder força – embora nunca tenha sido extinguida, já que está presente até mesmo nos dias atuais -, o bastão foi passado para a ciência e para a medicina. Supostamente isenta de juízos de valor, a ciência sexual não significou uma ruptura com a repressão, mas apenas reformulou novas formas desta, retirando o sexo da ideia de vício e colocando-o como doença. Nesse contexto, o ato sexual passou a ser descrito de forma minuciosa como maneira de classificar o sexo normal do anormal, o patológico do terapêutico, formando-se um grande interesse pelas perversões sexuais e pelas doenças venéreas, “tanto com finalidade higiênica ou profilática quanto com a finalidade de normalização de condutas tidas como desviantes ou anormais” (CHAUÍ, 1984, p. 8). Todavia, apesar de toda essa obsessão pela matéria, as recomendações médicas mais uma vez tinham o prazer e a frequência sexual como principais vítimas, incluindo a figura masculina. No que tange à mulher, se a sua sexualidade havia sido “adormecida” pela repressão do matrimônio e da família, esse vulcão poderia entrar em erupção a qualquer momento, sendo o esposo o responsável por dosar a voluptuosidade da esposa, de modo que o sexo seria importante, mas sempre seguindo o princípio da economia sexual. Logo, levar a mulher a um prazer muito intenso poderia libertar os “espíritos” aprisionados na vagina, “forças adormecidas nas mulheres normais, mas que eram reveladas por ninfômanas e histéricas” (DEL PRIORI, 2011, p. 69). Segundo os médicos, era essencial que os homens fizessem uma boa gestão espermática, uma vez que o desperdício desse líquido poderia causar danos a virilidade, o que era um verdadeiro terror para os homens. Isso era aflorado pela tese de que a mulher tinha maior capacidade para gozar, na qual, um dos médicos, chegava a declarar que “uma mulher equivalia dois homens e meio” (DEL PRIORI, 2011, p. 68), de modo que a relação sexual, quando praticada rotineiramente, geraria impotência, sendo recomendado que o jovem só praticasse o coito de duas a três vezes por semana.

Portanto, qualquer mulher que exercitasse a sua sexualidade de maneira mais livre poderia ser acusada de ser histérica, estéril ou lésbica, sendo as

infidelidades e amores múltiplos seus sintomas mais aparentes. Logo, qualquer atitude que contrariasse os estereótipos de frágil, boa mãe e submissa seria descrito como anormalidade, pois “o instinto materno anulava o instinto sexual” (DEL PRIORI, 2011, p. 78). Exatamente por isso, era pregado que a mulher soubesse o menos possível sobre sexo, pois a prática dos atos sexuais fora da normalidade causava uma degeneração que provocava o vício e o adultério. Para tal patologia, o hospício era o ponto de chegada. Em relação à masturbação feminina, Del Priori aponta que eram diversas as ameaças que os médicos faziam a tal prática, primeiro pelo fato de envolver o prazer sem a necessidade da figura masculina, segundo porque esse tipo de estimulação provocaria uma série de sintomas físicos, entre eles, declara Dr. Pires de Almeida, “hálito forte, gengivas e lábios descorados, sardas e espinhas, perda de memória e, para culminar, morte lenta e dolorosa” (DEL PRIORI, 2011, p. 86).

Em relação a isso, qual era a compreensão a respeito da prostituição? Diante de uma história de repressão sexual - inclusive no matrimônio -, há de se imaginar o quanto a prostituição era muito mais escandalosa a vista da sociedade. Sendo o ato sexual o produto desse ofício, rompia-se com os principais paradigmas instituídos à mulher. Se a moralização do sexo foi feita, com muito esforço, pela família e pelo matrimônio, as relações nos bordéis retiravam o sexo do âmbito do amor conjugal, para colocá-lo em uma perspectiva mercadológica do prazer pelo prazer. Era o sexo ‘egoísta’ e sem amor, no qual não era necessário nem um tipo de vínculo anterior para concretizá-lo. Olhando pelas lentes da moral, essas mulheres eram demonizadas e vistas como antinaturais e depravadas, guiadas por um “impulso reprovável, incontrollável, decorrente de uma imperfeição que torna alguém incapaz de seguir sua destinação natural” (CHAUÍ, 1984, p. 76) – ser mãe e esposa. Para tamanha audácia, a repressão sexual incidiria sobre essas mulheres por meio da estigmatização, ligando a sua imagem a tudo que há de mais imoral, pecaminoso e podre. Por seu impulso contranatural e antissocial, seriam expulsas de outras instâncias sociais e reclusas nos bordéis, sendo apontadas e ridicularizadas, pois

a corrupção-depravação sedimentada ou irreversível, devem ser apontados, condenados publicamente e sinalizados, isto é, marcados para que os demais membros da sociedade possam dispor de

instrumentos para identificar os viciosos “naturais”, corruptos e depravados (CHAUÍ, 1984, p. 76)

Logo, toda essa estigmatização era um mecanismo de controle para a sexualidade feminina, operando por meio da divisão entre dois tipos de mulher, o primeiro grupo sendo composta pelas honestas, respeitáveis, mães e donas do lar, enquanto o segundo, pelas prostitutas, vistas como depravadas, imorais, interesseiras, perigosas e as quais não se deve respeito, pela justificativa de que elas “não se dão ao respeito”. Por meio desse contraste, tanto a igreja como o estado controlavam não só sexualidade feminina, mas sua atuação em diversos outros espaços, pois qualquer mulher que buscasse liberdade, em especial a sexual, ou se portasse com uma conduta distinta dos padrões corria o risco de ser confundida com uma prostituta, vinculando-se a tudo que havia de pior. No século XIX, essa distinção entre mãe e prostituta foi transportada também para o sexo, dividindo-o entre o sexo legítimo do matrimônio e o sexo clandestino da prostituição. Em relação a isso, eram diversos os discursos que aconselhavam que as esposas não praticassem certos tipos de atos sexuais ou demonstrassem conhecimento sobre o tema com os maridos, “porque a mulher que se abandona a todos os caprichos e fantasias se faz desprezível aos olhos de sua própria consciência e aos de seu marido” (DEL PRIORI, 2011, p. 70). Desse modo, os homens, em geral, não buscavam a realização de fantasias eróticas com suas esposas, mães de seus filhos. Tal atitude seria rebaixar e desrespeitar a sua mulher. Para realizar tais desejos, o espaço era o bordel, o qual era formado por mulheres que não gozavam de respeito e status frente à moral.

Nesse último ponto, é interessante como a estigmatização da prostituta – a mulher – não se estende ao homem. Pelo contrário, historicamente, o controle sobre a sexualidade masculina sempre foi bem mais ameno em comparação com a feminina, em virtudes de seus impulsos e desejos não haverem sido demonizados, mas, em certos momentos, até estimulados. Desse modo, a prática recorrente do sexo com diversas parceiras sempre foi tratada com naturalidade, já que eram a comprovação de um dos atributos mais vinculados ao homem: sua virilidade. Dessa forma, a prostituição foi a saída encontrada para proteger a moralidade da mulher pura, sem deixar de lado a satisfação sexual masculina. Assim, os bordéis eram os locais onde os rapazes podiam realizar seus desejos mais proibidos, iniciando os jovens na vida sexual e

satisfazendo os homens adultos. Reside aí a grande ambiguidade frente à prostituição naquela época, porque se por um lado ela é condenada por envolver sexo fora do casamento, sem amor e sem função procriadora, por outro, é estimulada como forma de preservação da moça de família e como forma de controlar e satisfazer os desejos do homem. Logo, se a sexualidade feminina era controlada pela abstinência, a masculina, pela prostituição. Com isso, todos sabiam que aquilo que aprendiam com as prostitutas não deveria ser levado para o leito conjugal. Portanto, verifica-se que a estigmatização concentra-se, principalmente, não na prostituição em si – muito bem aceita -, mas na prostituta, no sujeito feminino. O que incomoda não é o adultério ou a venda do sexo, mas, essencialmente, a sexualidade feminina rompendo com o padrão de virgindade, sexo conjugal e, por vezes, prazer. Logo, através do controle do sexo, acaba se controlando diversos outros âmbitos.

Assim, de certa forma, a prostituição aparece como instrumento de conservação da família tradicional. A visão simplória da prostituta como vítima da sociedade é outro elemento que merece reflexão. Em geral, a imagem da jovem que se prostitui para salvar os filhos, encontrando nesse ofício a única opção de sustento, foi uma tentativa de redenção, rompendo com a visão da prostituta como essencialmente má. Todavia, esse salvamento só é possível para aquelas que essencialmente são puras, mas caíram nessa prática por um simples acidente em suas vidas, reforçando-se a perspectiva de que a mulher que escolhe esse ofício como uma forma, dentre várias outras disponíveis, continua sendo depravada e imoral. O “salvamento” só é possível para as castas, que se não fosse o acaso, estariam sendo ótimas donas do lar.

Ademais, é importante ressaltar que o ofício da prostituição não é homogêneo, mas ocorre de diversas maneiras e em âmbitos distintos, os quais variam entre ruas, clubes, boates, sites, entre outros. Como toda a sociedade, essas configurações são marcadas por vários tipos de desigualdades e, até mesmo, por diferentes estigmas. Gaspar (1988) aponta a existência de níveis de hierarquização entre esses lugares. Nesse sentido, a prostituição de luxo é um exemplo desse fenômeno, já que, ao se diferenciar de outros tipos de prostituição, mexe com a estrutura do preconceito que paira sobre elas. Natália Lopes chama muita atenção para essa perspectiva, defendendo a existência de

um mundo fantasioso da prostituição de luxo, marcado pela concepção de exclusividade e distinção dessas mulheres, funcionando diretamente como uma estratégia de mercado. Tais fantasias incidem diretamente nos valores do programa, na clientela – bem mais abastada financeiramente – e até mesmo no status social da garota de programa. Assim, dentro do ramo da prostituição, o qual costumeiramente é vinculado à necessidade, à pobreza e à podridão, parece existir o nicho na prostituição de luxo, no qual outras mulheres são colocadas como objeto de satisfação e símbolo de poder de homens ricos. Segundo a autora, esse processo é desencadeado pela formação de estereótipos que associam a prostituição diretamente às necessidades mais básicas, como comer, pagar o aluguel e criar os filhos. Em contraposição a isso – segundo o senso comum -, estariam as prostitutas de luxo. Mas qual elemento marcaria essa fronteira? De acordo com Lopes, a resposta não é muito precisa, mas sustenta-se, basicamente na visão de que

no baixo meretrício, homens pobres transam com prostitutas pobres e na prostituição de luxo os clientes ricos, de refinado gosto, saem acompanhados por cortesãs políglotas, bem vestidas e bem comportadas, para eventos formais, espetáculos teatrais, festas ou jantares de negócios. (LOPES, 2021, p. 5)

As marcas distintivas elencadas passam pela ideia de se tratarem de mulheres de classe média, com maiores níveis de escolaridade, mais educadas em relação a etiquetas, mais limpas fisicamente e, até mesmo, moralmente - segundo a pesquisadora -, pela visão de que elas não aceitam qualquer tipo de cliente e nem certas situações, por não precisarem. Essas relações ultrapassam o ato sexual e, estando ligadas a um ambiente glamoroso, carregam o dever de se comportarem com elegância, conhecerem produtos mais caros e terem familiaridade com elementos da cultura erudita, como se não fossem realmente prostitutas, com protocolos mais específicos. Assim, a autora aponta para o pudor dessas instâncias, marcado por um pacto entre a burguesia e certo fetiche do produto diferenciado. Todavia, Lopes observa que essas fronteiras entre os tipos de prostituição não são fixas, de modo que muitas dessas mulheres circulam por diferentes modelos, cobrando diferentes preços. Afinal, ao aprenderem com os clientes diversas práticas e gostos diferenciados, precisam

investir pesadamente na estética, nas roupas e nos produtos consumidos, como se isso as fizesse permanecer nessa categoria. À vista disso, segundo Lopes

a “prostituição de luxo” pode funcionar como categoria moralizante dentro da prostituição. Ela é evocada para a liberação dos estereótipos relacionados à desordem, porque afirma este compromisso com a ordem moral da “civildade” própria das elites; no domínio de certas etiquetas que tem a ver com classe social e poder de consumo, no saber sobre os artigos exclusivos, os produtos caros e raros. (LOPES, 2021, p. 12)

Diante disso, é notório que a forma como o sexo é recorrente para as prostitutas é o principal elemento de estigmatização dessas profissionais. Em relação a isso, Michel Misse, estudando o que ele chama de “estigmatização do passivo sexual”, chama atenção para o mito da feminilidade, o qual atribui à mulher uma série de estereótipos, tais como sacrificada, frágil, dependente, tímida, recatada, volúvel, insegura, masoquista, virgem. Todos esses atributos são inseridos de uma característica base: a passividade. Assim, institui-se uma naturalização da passividade feminina, construída a partir de propriedades psicológicas,

embora sua referência última, deslocada e não-dita no discurso cotidiano, refira-se a uma condição física da mulher, usada como matéria-prima principal da estigmatização e que, de algum modo, deve funcionar também como “símbolo do estigma”. (MISSE, 2005, p. 27)

Logo, ao estereótipo de passivo “vem reunir-se uma série de atributos desacreditadores e se criam as duas perspectivas, a do “normal” e a do “estigma”, temos então uma situação de estigmatização” (MISSE, p. 23). Enquanto os estereótipos de passividade são inferiorizados, comportamentos relacionados a ser ativo (forte, autoritário, conquistador, independente) são colocados como elementos de prestígio. Assim, o autor defende a existência de uma propriedade social desacreditadora relacionada com a função biossexual da figura feminina, construído por meio da vinculação entre a função sexual da mulher – receptor do pênis – com um conjunto de atributos inferiorizados, aos quais ele chama de “passivo sexual”. Portanto, enquanto o “normal” vincula-se ao estereótipo de ativo – função sexual do heterossexual masculino ou equivalente homossexual, a estigmatização recai sobre o “passivo” – função sexual do heterossexual feminino ou equivalente homossexual. Assim, cria-se um cenário no qual os órgãos genitais femininos são colocados como um

“receptáculo” e os masculinos, como preenchedores, constituindo-se em uma visão ideológico do “ativo” como superior. Adiante, aplicando uma pesquisa questionando os entrevistados se eles eram passivos – sem especificar se no âmbito sexual ou no geral – e, posteriormente, se eram passivos sexualmente, Misse conclui que em geral

o heterossexual masculino considera-se “ativo” em todas as acepções, rejeitando qualquer atribuição de “passividade” a si mesmo diante do entrevistador; b. o heterossexual feminino tem relativa consciência de que ser passivo é uma desvantagem, mesmo e principalmente no sentido amplo do termo. Mas no sentido estritamente sexual pode alegar que é uma desvantagem natural, ressaltando algumas vezes que a rejeitaria se fosse possível. Apenas duas mulheres disseram que gostam de ser passivas, “apesar de tudo”; c. o homossexual rejeita a expressão a ele aplicada, mas aceita, em parte, para a mulher. (MISSE, 2005, p. 54)

Sendo assim, o autor concentra-se em demonstrar como o estigma do passivo sexual se manifesta nos discursos do dia a dia, seja como forma de metáforas ou metonímias. Assim, enquanto termos referentes a quem é o sujeito ativo da ação verbal, como ‘foder’ e ‘comer’, estão carregados de prestígio, palavras como ‘fodido’ e ‘comido’ – passivo na ação verbal - estão cheias de estigmas. O termo ‘comer’, por exemplo, quando empregado para a função sexual masculina, confere prestígio social ao homem, enquanto ‘comido’ vincula-se à mulher. Já a palavra “abrir”, quando utilizado em expressões como ‘fulana abriu as pernas’ carrega um significado de derrota, significando “tanto que deu acesso ao homem quanto que fraquejou, deixou-se vencer” (MISSE, 2005, p. 70), como se o sujeito feminino não participasse do ato sexual, mas apenas fraquejasse, permitindo ser ‘devorada’ e ‘comida’ por um outro, associando a ‘passividade’ ao entregar-se. É o mito de que, no sexo, a mulher não permanece inteira, como se aquele ato sexual temporário conferisse ao homem – que “venceu” a mulher – uma parte do sujeito feminino para sempre, especialmente se essa relação tiver correspondido a perda da virgindade. Ademais, o autor também demonstra como os órgãos genitais masculinos são simbolizados com atributos de prestígio, poder e força (pau, cano, barra, ferro), enquanto os femininos, vagina (ou o ânus), “são intrinsecamente pejorativos, recordam ação indesejável, são feios e devem ficar sempre escondidos (“fossa”, “segredo”, “boca”, “moleza”, “boceta)” (MISSE, 2005, p. 77). Portanto, forma-se uma visão na qual o ato sexual seja o local no qual o homem mostra sua força, sua

superioridade e seu poder de submeter à mulher, como se contar para o amigo que “comeu a fulana” significasse que a rebaixou ou que a humilhou, pois teve acesso ao órgão onde estar resguardado a moral da mulher. Em relação a isso, uma das entrevistadas diz que

é ruim a mulher dar pro homem. É chato. O homem sempre gosta, a mulher nem sempre. Ela se humilha. Ela perde seu orgulho. O homem é um aproveitador, sempre se aproveitando. (...) Em termos de sexo, o homem é inferior à mulher, não satisfaz ela. O homem goza logo e a mulher fica na mão (MISSE, 2005, p. 53)

É exatamente esse ideário que é utilizado por muitos que consideram a prostituição como forma de humilhação para a prostituta, como se no programa ela perdesse toda a sua dignidade. Evidentemente, tais discursos são construções sociais reforçadas por séculos, de modo que não é o sexo que humilha, rebaixa ou submete uma mulher, mas, sim, os discursos que o envolvem. Portanto, não é na negação do sexo à mulher que se encontra a saída do labirinto da opressão, aliás, o tabu da virgindade mostra muito bem isso, só criando mais estigma para aquelas que rompem com as normas. Pelo contrário, o escape está em lutar contra tais ideologias e significações machistas.

4 LOLA BENVENUTTI: (DES)CONSTRUÇÃO

Lola Benvenuti é uma jovem formada em Letras que escolheu a prostituição como forma de ascensão social. Ela foge do estereótipo de moça pobre da periferia que encontra na prostituição a única forma de sobrevivência. Seu livro vai muito além do universo da prostituição, perpassando questões ligadas a tabus, práticas sexuais, valores e tradições, de maneira que o leitor é convidado a refletir sobre sua própria sexualidade. Baseando-se nos acontecimentos reais ocorridos durante o ofício da prostituição, a escritora analisa e descreve o universo dos desejos e do sexo. Inicialmente, de forma leve e instigante, narra algumas das principais experiências sexuais com seus clientes, os infinitos fetiches, as formas de obter prazer e as angústias sociais e sexuais que fizeram com que seus clientes a procurassem. Posteriormente, ela conta os desafios que enfrentou ao se assumir como prostituta, como a rejeição da família e dos amigos, bem como reflete sobre as convenções que a sociedade impõe aos indivíduos. Durante a leitura das páginas, são diversas as descrições de cenas de sexo, as quais não diminuem o impacto teórico e prático da obra, uma vez que esse modelo de escrita, que por muitos é visto como obsceno, não é negativo, mas contribui decisivamente para o desnudamento dos preconceitos e obstáculos impostos à sexualidade, em especial a feminina. Se esse tipo de texto incomoda a sociedade atual, é exatamente porque rompe com os seus paradigmas, ao apresentar mulheres que falam sobre sexualidade – lugar por muito tempo restrito ao homem – e vão em busca do prazer. Apesar de o histórico uso do sexo como instrumento de opressão contra o feminino, não é a sua fixação como objeto de opressão o caminho para libertação da sexualidade da mulher. Pelo contrário, essa visão anula a sexualidade feminina ao colocar a origem da opressão na natureza do sexo, e não na sua construção cultural. Talvez por isso, assuste tanto a mulher falando abertamente sobre sua sexualidade.

Durante todo o livro, percebe-se como muitos dos resquícios dos tabus sobre a sexualidade, tanto feminina como masculina, ainda estão enraizados na atualidade. As mudanças e transformações na moral dos jovens não são invisíveis, há uma tentativa de romper com muitos dos padrões tradicionais,

como com a vinculação do sexo ao casamento, com a necessidade da procriação em suas relações ou com a monogamia, por meio de relacionamentos abertos. Todavia, por trás dessa cortina de liberdade, muitos dos discursos antigos são reforçados mediante novas reedições, de maneira que a oposição entre passado repressivo e presente liberador não é uma verdade absoluta. No tocante a isso, já de início, é importante frisar que a luta não busca invalidar o direito de escolha daqueles que decidem viver sua sexualidade baseada nos moldes tradicionais. Avançar não significa estigmatizar aqueles que optam por uma sexualidade matrimonial e monogâmica, por questões religiosas, por exemplo, até porque esses também são espaços onde a sexualidade deve ser vivida com liberdade. Tal direção só geraria intolerância e preconceito. Pelo contrário, a busca da liberdade consiste em conceder o direito aos indivíduos de vivenciarem sua sexualidade de forma autônoma e livre - desde que sempre consensual - sem serem rebaixados, perseguidos, estigmatizados ou punidos por isso.

Nessa direção, a autora pontua que, no meio de tantos avanços e inovações, ainda existem várias imposições no campo do sexo. Por defender a liberdade sexual, ela destaca que são diversos os e-mails de clientes pedindo dicas, tirando dúvidas e buscando formas de se satisfazerem sexualmente, o que só explicita o tamanho desconhecimento sobre o assunto. Ademais, por vezes, além de um espaço de satisfação dos impulsos, a prostituição apresenta-se como um instrumento por meio do qual alguns clientes buscam um contato humano, pois “confusas em relação a seus desejos e anseios, pessoas se voltam para ela, sabendo que ali, com uma desconhecida, poderão ser quem são, sem julgamentos, terão sua individualidade respeitada” (BENVENUTTI, 2014, p. 11).

O prazer sexual feminino, por exemplo, ainda é uma área de grande desconhecimento, tanto dos homens – que, em sua maioria, não sabem estimulá-las – como das próprias mulheres, que não conhecem o seu corpo. Tal realidade é o resultado de uma história que sempre privilegiou o prazer masculino, sendo as mulheres destinadas apenas a servirem de satisfação a seus companheiros. Desse modo, as questões biológicas ligam-se às questões culturais na construção desse modelo, isto é, se biologicamente o homem consegue chegar ao orgasmo mais facilmente por meio do toque no pênis e da

penetração, enquanto as mulheres tendem a ter mais prazer por meio da estimulação clitoriana – embora, nos dois casos, existam diversas outras possibilidades -, o que se revela culturalmente é que o estímulo da mulher quase nunca foi tratado com relevância, uma vez que a preocupação restringia-se ao deleite masculino. Ao passo que o sexo oral, por exemplo, tendeu a ser tratado com naturalidade quando feito pela mulher no homem, o inverso nunca foi uma realidade, havendo historicamente uma espécie de preconceito contra as preliminares feitas nas mulheres, como se isso diminuísse a virilidade masculina, pois homem era aquele que ‘penetrava’.

Nessa linha, Lola relata algumas experiências com algumas de suas clientes. Uma delas, chamada Ju, moça casada há sete anos, a procurou dizendo “Lola, nunca tive um orgasmo. Pode me ajudar nisso?” (BENVENUTTI, p. 17). Segundo ela, apesar de já ter tido alguns parceiros, o sexo era visto quase como uma obrigação conjugal, chegando ao ponto de ela fingir sentir prazer, para que o marido não se sentisse decepcionado. Nessas descrições da autora, é interessante como, em geral, tais mulheres desconhecem aspectos relacionados ao prazer feminino, usando Lola como um fruto proibido no qual descobrem segredos sexuais. Na tentativa de ajudar essas mulheres, a autora utiliza diversos brinquedos eróticos, bem como outros tipos de fetiche, os quais, segundo seus relatos, facilitam bastante para que as clientes cheguem ao ápice. Esse foi o caso de Ju, que, após o ocorrido, mudou sua postura em relação ao seu esposo, passando a conversar com ele sobre o que ela gostava. Essa visão da prostituta como conhecedora das artimanhas do sexo, como detentora de um poder especial, não é nova. O que também não é novidade é o quanto é comum que mulheres abduquem de seu prazer em prol da sexualidade masculina, como no relato da cliente, de modo que o fingimento do deleite acaba sendo um caminho seguido por muitas mulheres, quando o correto seria o diálogo. Com isso, além de chamar atenção para a unicidade de cada corpo, a escritora observa que as repressões sexuais podem incidir diretamente sobre o ato sexual, “pois o bloqueio sexual, e mesmo a rejeição da sexualidade, pode estar relacionado a algum fator de ordem moral também” (BENVENUTTI, 2014, p. 17).

Assim, para a garota de programa não há tabu que interfira no desenvolvimento de sua sexualidade. Sem nem um pinga de constrangimento,

relata suas experiências sem se concentrar apenas no prazer do cliente, mas se atentando para as suas fantasias, realizações e momentos de deleite, com descrições bem apimentadas. Ao invés de ser retratada, é ela quem detalha com minúcias cada parte de seu prazer:

Gozei facilmente uma, duas, três vezes, até que implorei para que me deixasse retribuir todas as carícias. Eu queria sentir o seu gosto, o seu calor, queria ouvi-lo gemer, tremer, senti-lo suar. Deitei-me sobre ele e lambi aquela pele macia embebida em leite condensado. Todo depilado, o que facilitava meu trabalho, é bem verdade que me demorei mais do que precisava nesse meu empenho, esmerando-me em fazer um trabalho bem feito. (BENVENUTTI, 2014, p. 38)

Evidentemente, a prostituição não tem como pré-requisito o prazer da prostituta, na verdade ela vende um serviço, mas Lola é enfática ao declarar que gosta muito de sexo e isso a ajuda em sua rotina diária. Também não tem como obrigatoriedade a instituição de relações mais efetivas e humanas, uma vez que os encontros são feitos a partir de uma relação de interesse e de mercado, entre vendedora e cliente. Porém, a jovem declara que busca construir tais relações, pois “quando minha relação com eles ou elas ultrapassa o universo dos jogos sexuais e embarca nas relações realmente humanas de respeito e compreensão” (BENVENUTTI, 2014, p. 63), vivenciam-se experiências ímpares, nas quais ela se torna muito mais do que uma profissional: uma amiga que consegue ajudá-los a superar preconceitos impostos a sua sexualidade. Desse modo, embora também estejam presentes em outras modalidades de prostituição, a variante escolhida por Lola costuma fugir daquelas relações efêmeras e impessoais – as quais são comuns nas zonas boêmias -, cultivando um tipo de intercâmbio comercial que envolve uma relação de afetuosidade, carinho e confiança, criando-se um elo emocional entre cliente e prostituta. Isso ocorre, por exemplo, com as acompanhantes, as quais fazem companhia aos rapazes em diversos ambientes, estabelecendo uma relação bem mais complexa do que aquela puramente sexual. Percebe-se uma nova demanda do freguês por conexões que ultrapassem o ato sexual, valorizando-se o diálogo e o desabafo. É comum, por exemplo, homens que buscam dar prazer para a prostituta. A pesquisadora Marina França, citando Blanchette (2011, p. 84), chama atenção para o fenômeno da “experiência de namorada”, uma modalidade que “propicia uma ilusão momentânea de encontro amoroso, valorizando a conversa e a reciprocidade do prazer e incluindo de maneira mais

sistemática o beijo na boca” (FRANÇA, 2017, p. 331). Todavia, mesmo nesse tipo de contato, as fronteiras são sempre bem marcadas, devendo a profissional ser sempre bem habilidosa nessas demarcações, mediando bem os limites entre afetuosidade e distanciamento, como forma de não comprometer os seus negócios. Inclusive, esses contatos mais afetuosos também se constituem como estratégia de fidelização dos clientes, como no caso de Lola, que costuma ser procurada pelo mesmo cliente por anos.

A diferença de um cliente e de um affair é a velocidade com que as coisas ocorrem. Com o primeiro, tenho um período restrito para consumir o desejo. Ainda que ele ou ela me levem para jantar e passem o dia ou a noite comigo, sei que no fim daquele período, teremos contato sexual, salvo raras exceções. Afinal, sou paga para isso. Já no segundo caso, permito-me viver romances. (BENVENUTTI, 2014, p. 160)

Assim, em seus relatos, é comum que homens e mulheres casados a procurem com queixas a respeito da relação conjugal. O tabu que existe entre os próprios parceiros sobre conversar sobre sexo é notório. As mulheres silenciam a sua falta de prazer em decorrência do sentimento de obrigação de darem prazer ao esposo. Os homens tem medo de “falhar” na hora H. Tal panorama causa diversos conflitos entre os casais e, por vezes, um esfriamento da relação. Segundo a autora, são posturas que variam entre

minha mulher é fria, não interage comigo” versus “Meu marido acha que sou uma caçapa de sinuca e não tem sensibilidade”, “Eu tenho que fazer tudo sozinho e às vezes não estou com vontade” versus “Quando tentei conduzir a situação ele disse que eu estava ridícula”. (BENVENUTTI, 2014, p. 41)

No que tange a isso, é curioso como a prostituta é vista e colocada quase como uma terapeuta amorosa. Os rapazes buscam saciar fantasias que não conseguem com suas esposas, as moças buscam dicas para excitar o marido e apimentar a relação. Um exemplo claro aparece em uma de suas narrações, na qual uma cliente chamada Lúcia liga para ela com muita insegurança, querendo contratá-la para lhe “dar” de presente ao seu marido. Segundo a moça, seu marido não sentia mais tesão por ela, e “eu até entendo, porque já não tenho mais 20 anos, não tenho mais um corpo lindo e jovem como o seu” (BENVENUTTI, p. 108). Ela ainda acrescenta:

— Eu já tentei de tudo, Lola. Até o que eu não gosto, que é aquilo por trás, já deixei meu marido fazer, mas acho que ele quer se separar porque não tem mais desejo por mim. Mas a gente se ama, sabe? Ou se acostumou a se amar assim. (BENVENUTTI, 2014, p. 108)

Esse sentimento de culpa da mulher pela não satisfação do parceiro é algo recorrente, sendo raras as ocasiões nas quais a incompletude do desejo seja colocada na responsabilidade do homem. Elisiane Pasini, analisando os modelos de masculinidade construídos na Vila Mimosa, destaca a problemática da tese de que os homens “são obrigados a frequentar zonas de prostituição porque suas companheiras não cumprem seu papel de esposa” (PASINI, 2009, p. 256), criando-se justificativas para a infidelidade masculina na responsabilização da mulher: a esposa que não consegue conciliar seus papéis domésticos com os sexuais ou a companheira que já não possui um corpo atraente. Outro elemento presente é a naturalização da necessidade que o homem tem de manter relações sexuais com outros mulheres, como se isso fosse intrínseco a natureza masculina – “trair é do homem”. Segundo Pasini, essas construções são repetidas inclusive pelas mulheres, tanto pelas esposas como pelas prostitutas, de modo que até no meio da prostituição, local aparentemente caracterizado pela liberdade sexual e pela quebra de tabus, perduram discursos conservadores, problemáticos e machistas.

Dando continuidade à narrativa, Lola convenceu a sua cliente a proporcionar uma noite de prazer não apenas a ele, mas também a ela. Aliás, durante o livro, o contato sexual de Lola com as mulheres heterossexuais é recorrente, especialmente nos atendimentos a casais. Isso acontece tanto pelo fato de haver uma menor resistência das clientes em terem contato com uma mulher – em comparação com os homens -, tanto por um certo fetiche que os homens tem em ver suas esposas com outras mulheres. Ademais, é surpreendente ver como a profissional vai conduzindo a cena erótica, tirando o casal de um estado de vergonha e incômodo para um comportamento mais solto e desinibido. Nesse intuito, Lola utiliza vários produtos sexuais, frases eróticas e habilidades, aprendidos em sua prática diária ou com outras profissionais. Antes de mais nada, não se pode esquecer que se trata de uma relação comercial, de modo que a prostituta utiliza estratégias variadas, por vezes, falando o que o cliente quer ouvir. O resultado final de seu serviço:

No ápice da noite ele a penetrava e ela gritava de prazer, surpresa em sentir o membro de seu esposo, até então gelado, agora quentinho em seu interior. Eles se amavam, diziam sacanagens um para o outro e choraram, literalmente, de prazer enquanto faziam juras de amor. (BENVENUTTI, 2014, p. 112)

Dias após o ocorrido, o esposo de Lúcia telefonou agradecendo e confessou que antes de Lola evitava transar com a esposa por receio de ela não aceitar a dificuldade que ele tinha para ficar ereto. Segundo ele, isso era fruto não da falta de desejo, mas do nervosismo e pressão mental que ele sofria no momento do sexo. Logo, ver-se que as pressões sociais e os tabus não se restringem às mulheres, mas também perseguem os homens, que devem se comportar de acordo com os padrões da masculinidade. Logo, além de pressionados a terem atitude, comando, postura e autoridade, devem ser sexualmente ativos e insaciáveis, sendo o órgão genital o símbolo dessas características, por seu uso metafórico que traz a ideia de poder e força, como “pau”, “pistola” ou “espada.” Por isso, é tão difícil o homem admitir que teve alguma dificuldade com ereção, que broxou, pois isso impacta toda a construção machista do homem. Nesse sentido, por exemplo, ao contrário do adultério masculino – muito bem aceito e naturalizado -, quando a infidelidade é da mulher, as reações sociais tendem a ser muito mais recriminativas e punitivas. Chauí observa que, nesses casos, o homem sente que sua honra foi manchada, o que significa “não só o surgimento de uma suspeita quanto à sua virilidade [...], mas também o medo de perder postos de comando, de autoridade e poder” (CHAUÍ, 1984, p. 48). Sobre isso, Lola conta a experiência que teve com um rapaz de trintas anos que, apesar de ligar para ela costumeiramente, relutava em contratá-la, alegando seu receio em falhar no momento do sexo. Finalmente criando coragem e marcando o encontro, o cliente demanda uma relação próxima à “experiência de namorada”, falada anteriormente, levando-a para assistir um filme romântico no cinema e, em seguida, preparando um jantar para ela. Ao invés de irem para um motel, eles foram para a casa do rapaz apenas para ter uma conversa mais íntima sobre suas inseguranças e angústias. Seu intuito estava longe de ser sexual, ao ponto dele declarar: “Lola, se você quiser pode passar a noite aqui. Vou para o outro quarto se preferir” (BENVENUTTI, p. 62). Segundo Lola, o rapaz era heterossexual, mas sua forma de privilegiar a conversa, os carinhos e as coisas cotidianas em relação ao ato sexual faziam com que, preconceituosamente, ele fosse visto como homossexual pelas mulheres que se envolvia e pelos amigos. De acordo com o rapaz, seu problema não era com o sexo em si, mas com as pressões que esperavam que um homem bem sucedido lidasse com sua sexualidade de forma padronizada, isto é,

instantaneamente e vorazmente, enquanto ele sentia “vergonha de ter que despir uma mulher em minha cama na primeira noite, de ter que ficar dando amassos em clubes quando saímos...” (BENVENUTTI, p. 63). São aqueles velhos preceitos que afirmam que um heterossexual não pode negar sexo, já que isso afirmaria sua condição de macho, com comentários variando entre

como pode um homem de 30 anos nunca ter protagonizado um relacionamento?”, “Como um cara tão bem sucedido pode nunca ter dominado uma mulher?” E a estas questões obviamente a resposta preconceituosa seria: “Com certeza ele é viado. (BENVENUTTI, 2014, p. 61)

Adiante, além de narrar seus encontros com vários rapazes, Lola compartilhar os desafios e perdas causados pela sua decisão em se assumir como prostituta. Se alguns paradigmas foram derrubados para a sexualidade feminina no geral – embora ainda existam vários -, a estigmatização a respeito da prostituta ainda é muito forte, sendo várias as punições e coerções sociais. A esse respeito, Lola escreve sobre como é problemático abrir mão da identidade e das vontades com o objetivo de ser considerado “normal”. Ao longo do seu desenvolvimento, expõe a existência de imagens limitadoras que instituem a oposição entre “a dona de casa que zela pelo lar ou a mulher fatal e gostosona que traz os homens aos seus pés” (BENVENUTTI, p. 166), como se tais representações não pudessem caminhar juntas. Estando diante das possibilidades entre a jovem de família tradicional e virgem ou aquela que vive sua sexualidade de acordo com seu desejo, escolheu a segunda opção. Seu objetivo era ser independente, rompendo com a perspectiva na qual a prostituta é quase uma espécie nova, e não um serviço, como se a prostituição anulasse o direito de ser mãe, de amar, de estudar, de pesquisar ou de escrever. Queria “estudar, trabalhar, me divertir, fazer o que me dá prazer e um dia, se assim eu decidisse, poderia manter uma relação monogâmica ou, por que não, uma relação poliamorosa” (BENVENUTTI, p. 167), afinal, até mesmo após a prostituição, “não é porque sou puta que tenho que dar para todo cara ou mulher na primeira noite, isso é meio óbvio, não?” (BENVENUTTI, 2014, p. 160). Assim, durante a juventude, iniciou suas aventuras em salas de bate papo na internet, tendo o sexo como temática principal das conversas, de modo que, cautelosamente, escolhia alguns homens para se encontrar presencialmente, sempre com o máximo cuidado. Buscando sexo casual, empolgava-se agindo

como “caçadora” e, apesar de ter tido alguns namorados, prender-se a uma só pessoa a deixava insatisfeita. É interessante como esse discurso soa estranhamente para a sociedade em geral quando sai dos lábios de uma mulher, já que se tem uma ideia de que a mulher só deve transar “por amor”. Quando se trata do homem, a reação é inversa, já que é bem aceito e naturalizado que ele não se contente com relações sexuais com apenas uma garota, valorizando-se, inclusive, os rapazes que exercem sua sexualidade dessa forma, sendo intitulados de “pegador” ou “garanhão”. Para as mulheres, a realidade é outra, de modo que aquelas que rompem com as padronizações acabam vivendo com o título de vadia ou puta. Quando se trata da prostituição, essa estigmatização é muito mais dolorosa. Além disso, Lola relata os conflitos que a entrada no mundo da prostituição causou em sua vida pessoal. Omitindo inicialmente que era garota de programa, a descoberta do seu ofício fazia com que seus amigos ficassem frustrados, inconformados e, por vezes, lhe dessem sermões. Isso foi muito mais profundo em relação aos seus vínculos familiares. Sabendo o impacto que essa confissão causaria em tais vínculos, Lola contou a sua mãe em meio a muitas lágrimas, de modo que sua mãe ficou “muito decepcionada, triste e dilacerada” (BENVENUTTI, p. 182). O momento em contar para o pai foi outro desafio, no qual Lola falou de sua convicção a respeito de sua decisão. Segundo ela, via-se “a tristeza nos olhos do meu pai, inconformado por ouvir sua filhinha dizendo que gostava de transar com outras pessoas cobrando tributos e que achava isso uma coisa muito natural” (BENVENUTTI, 2014, p. 182). Apesar de o baque inicial ter sido grande, nada se comparava com o que estava por vir, quando a jovem concedeu uma entrevista ao jornal online de sua cidade e, posteriormente, ao G1 da cidade de São Carlos. Se a primeira entrevista deu um grande reboliço em sua cidade, a segunda teve uma repercussão nacional, o que desagradou profundamente seus pais, ao ponto destes se afastarem da filha:

Quando ocorreu essa explosão sobre Lola Benvenuti, minha família, após a minha exposição na mídia, se afastou completamente de mim. Meu pai porque dizia que eu havia mentido para ele e que eu sabia que tudo isso iria acontecer. E minha mãe porque não suportava o desgosto e a vergonha de ter todos os dedos da cidade apontados para si, no momento em que ainda tentava se recuperar do choque que teve quando contei a ela pela primeira vez. (BENVENUTTI, 2014, p. 185)

Sua mãe foi a que mais se revoltou com Lola. Logo, os problemas e questões familiares são muito recorrentes nas famílias em que uma mulher entra na prostituição, seja pelas próprias crenças, ou pelo julgamento moral. É comum que a sociedade acuse os progenitores de não terem dado uma boa educação para os seus filhos ou coisas do tipo. Porém, apesar de todos esses conflitos, a jovem conta que se reconciliou com seus pais.

Portanto, Lola vai de encontro às generalizações propagadas a respeito da prostituição, não escondendo os desafios que cercam o ofício, mas requerendo o direito de exercê-lo. Ela não é a mulher faminta em busca de sustento, e sim alguém que encontrou na prostituição a fonte da independência financeira e do apartamento próprio. Todavia, seu objetivo não é impor sua história sobre as vivências de outras prostitutas, afinal, nem todas têm os mesmos ganhos ou praticam esse trabalho com a mesma disposição. O problema assenta-se em apontar como único caminho a saída, quando muitas profissionais, em verdade, optam – condicionadas ou não por outros fatores - por entrarem nesse mundo, criando-se uma realidade na qual elas ficam desprotegidas e sem direitos. Em oposição a isso, Lola pleiteia sua liberdade, tanto profissional, como sexual.

5 CONCLUSÃO

As transformações da prostituição acompanharam e foram forjadas com as mudanças da própria sociedade. Hoje são diversas as formas e os meios que esse mercado permite. Tentar decifrar a prostituição por apenas uma lente é cair no erro da história única, construindo mitos e estigmas, tanto quando isso é feito por indivíduos externos a esse meio, como quando por quem participa dele, já que, como demonstrado, a prostituição não é una e homogênea. Pelo contrário, as significações de tal ofício perpassam diversos âmbitos, os quais não se restringem à prostituição somente, de modo que é impossível entender as simbologias atreladas a esse fenômeno, sem entender o que é posto para a sociedade em geral. Nesse sentido, ficou muito claro como a prostituta sofre com as consequências de romper com o ideal de mulher virtuosa e pura, padrão esse que aprisiona não apenas aquela, mas a mulher em geral. Isso controla e reprime a sexualidade do ser feminino, criando condutas e códigos que retiram o direito de escolha e prazer sexual da mulher. Logo, é impressionante como um estudo sobre a prostituição ultrapassa suas próprias fronteiras, dizendo muito sobre não apenas o que é ser prostituta, mas o que é ser mulher - e também o que é ser homem -, como se esses assuntos, em certo ponto, fossem indissociáveis. Como plano de fundo dessa ligação, está o sexo, historicamente refreado e controlado, colocado como elemento determinante para designar o que é bom e o que é mal, o que é puro e o que sujo, o que é moral e o que é degradante. Por isso, a prostituição é tão complexa, porque envolve duas das partes mais vigiadas e contidas ao longo dos séculos: mulher e sexo.

Por conta disso, tamanho o debate entre feministas e prostitutas a respeito do tema, com suas teses e posições. Como verificado, falar pelas prostitutas sem considerar suas demandas e reivindicações só ajudou a colocar ainda mais à margem essas mulheres. As intenções, por vezes, eram boas e até compreensíveis, considerando que tais pesquisadoras estavam acostumadas a serem colocadas como meros objetos por homens. Mas a negação ao sexo – inclusive o sexo pago – não foi um bom caminho, pois isolou a mulher do direito à liberdade sexual. O “ser puta” foi colocado como mecanismo de coerção ao feminino, como um rótulo que ameaça àquelas que não seguem as regras do

mundo machista. É exatamente esse ponto que foi percebido por autoras como Lola Benvenuti, isto é, se a titulação de “prostituta” ou mesmo “puta” foi utilizada historicamente como adjetivo de estigma, imoralidade e sujeira, ela aceitou tal designação, transformando-a em sinônimo de trabalho, liberdade, prazer e escolha. Mais do que isso, ela narrou e descreveu com minúcias o seu trabalho, sem nenhum constrangimento, revelando preconceitos que também operam sobre os homens. Ver uma mulher falando sobre esse tipo de conteúdo provoca escândalo e vergonha, mas a jovem rompe com tais paradigmas, indicando que esse espaço também é da mulher. Evidentemente, o mundo da prostituição possui diversas problemáticas e, por vezes, perigos, mas o isolamento dessas mulheres não é a saída, já que só aumenta a violência. Portanto, faz-se necessário que cada vez mais a sociedade acadêmica, política e social pesquise sobre esse universo com mais sensibilidade, protegendo e propondo políticas públicas realmente efetivas e libertadoras.

REFERÊNCIAS

- BARRY, K. *The prostitution of sexuality*. New York: New York University Press, 1995.
- BENVENUTTI, L. *O prazer é todo nosso*. São Paulo: MosArt, 2014.
- CHAUÍ, M. *Repressão Sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DEL PRIORE, M. *Histórias Íntimas, sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.
- GASPAR, M. D. *Garotas de Programa – prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- LOPES, N. Sentidos e fantasias sobre o “luxo” na prostituição de “alto escalão” carioca. *Rev. Antropol.*, v. 64, n. 3. 2021.
- OVERALL, C. *What's Wrong with Prostitution?: Evaluating Sex Work*, Signs, 17. 1992.
- PATEMAN, C. *Defending Prostitution: Charges Against Ericsson*. *Ethics*, v. 93, n. 3, p. 561-565. 1983.
- PATEMAN, C. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PRADA, M. *Putafeminista*. São Paulo: veneta, 2018.
- PASINI, E. Sexo com prostitutas: uma discussão sobre modelos de masculinos. DÍAZ-BENÍTEZ, M. E.; FÍGARI, C. E. (org.). *Prazeres Dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SULLIVAN, B. *Rethinking prostitution*. In: CAINE, B. & PRINGLE, R. (Eds.) *Transitions: News Australian feminisms*. SIDNEY: ALLEN & UNWIN, 1995.